



Documento Assinado Digitalmente por: ELIEN MARCONE VIEIRA, HELENO SOARES DE AZEVEDO
Acesse em: https://ste.cde.pe.gov.br/epp/v/daDoc.seam/Codigo.do_documento:913b5fab-83d3-46d1-8313-6f5f099fb5b5



CÂMARA MUNICIPAL DE TEREZINHA - PE

ITEM 6

RESOLUÇÃO TC Nº 153/2021

Câmara Municipal de Terezinha - PE

BALANÇO DEMONSTRAÇÕES PATRIMONIAIS & NOTAS EXPLICATIVAS

CÂMARA MUNICIPAL DE TEREZINHA
ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
Dezembro(31/12/2021)
ISOLADO:1 - CÂMARA MUNICIPAL DE TEREZINHA

Exercício de 2021



2 of 2

Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONE VIEIRA, HELENO SOARES DE AZEVEDO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 9f3b5fab-83d3-46d1-8313-e15f099fb5b5

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO		0,00	9.049,00
INVESTIMENTOS		0,00	9.049,00

HELENO SOARES DE AZEVEDO
PRESIDENTE DA CÂMARA
285.513.464-15

EDER MARCONI VIEIRA
CONTADOR
042.014.874-40

JOSEILDA CORDEIRO PAULINO
TESOUREIRO
079.492.064-03



DADOS INSTITUCIONAIS

1. CÂMARA MUNICIPAL DE TEREZINHA– PE:

Av. Getúlio Vargas, s/n – 1º andar – Centro – Fone: (87)3762.1125 – Terezinha – PE – CEP 55.305-000 C.N.P.J. 11.478.518/0001-51 – camaraterzinha@hotmail.com

2. GESTOR:

HELENO SOARES DE AZEVEDO, PRESIDENTE DA CÂMARA, CPF: 285.513.464-15.

3. ENDEREÇO:

RESIDENTE A Avenida Getúlio Vargas, S/N – CENTRO – TEREZINHA – PE - CEP: 55.305-000

4. Funções Administrativas:

TITULAR DA CAMARA E ORDENADOR DE DESPESA

5. DADOS DO DOCUMENTO: Notas Explicativas com base no Demonstrativo de Variações Patrimoniais Produzindo pelo Município para o Exercício de 2020

6. Site: www.camaraterzinha.pe.gov.br

7. Responsabilidade Técnica:

Eder Marconi Vieira – Contador
CRC: PE-027904/08





A. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

A1. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

O documento de demonstrativo contábil seguiu no seu processo de elaboração em conformidade com as prerrogativas definidas pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016, Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo conselho federal de contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP16.6. Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publico

A2. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE:

Esta demonstração contábil atende às exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, bem como o passivo financeiro e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superavit/ deficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do

Demonstrações das Variações Patrimoniais – Poder Legislativo



Documento Assinado Digitalmente por: EDER MARCONI VIEIRA, HELENO SOARES DE AZEVEDO
Acesse em: <https://stc.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 9f3b5fab-83d3-46d1-8313-e15f099fb5b5

exercício anterior, possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

A3. Bases de mensuração utilizadas:

Os ativos e passivos resultantes da execução orçamentária do exercício de 2020 foram mensurados inicialmente a custo histórico como determina a Resolução CFC no 1.137/2008. Após o registro inicial foi adotado o critério de mensuração de custos para o imobilizado em toda a classe de ativos, abatidos o valor residual e depreciável/amortização/exaustão seguindo o modelo de cotas definidos pela tabela SIAFI utilizado pela União publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

A4. Novas normas e políticas contábeis alteradas

No exercício de 2020 não foram evidenciados de forma segregada nas demonstrações contábeis em atendimento ao NBCASP os valores de estoque/almoxarifado, ativos intangíveis/software, depreciação/amortização, provisão do passivo para o 13º salário e 1/3 de férias, além dos atos potenciais no sistema compensado decorrentes dos contratos de prestação de serviços em execução. O grande objetivo destas importantes mudanças que nos propomos a encampar é o de evidenciar o patrimônio público da forma mais clara possível, permitindo a sociedade a aos órgãos de controle e fiscalização o adequado entendimento.

A5. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Quanto aos atos potenciais nas classes 7 e 8 do plano de contas não houve registros dos contratos em execução durante o exercício de 2020

A6. Aspectos relevantes sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Nos demonstrativos consolidados da administração direta e indireta do município estão compreendidos os seguintes órgãos e entidades:

- CÂMARA MUNICIPAL DE TEREZINHA – PE (PODER LEGISLATIVO)





Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis

B.1. Modelo de elaboração da DVP

O modelo utilizado para elaboração do demonstrativo das variações patrimoniais foi analítico.

B.2. Redução do valor recuperável do ativo imobilizado

-

B.3. Baixas de investimento

-

B.4. Variações patrimoniais qualitativas decorrentes de incorporação de ativos, desincorporação de passivos, incorporação de passivos e desincorporação de ativos

- ✓ A incorporação de ativos somou R\$ 0,00 que corresponde a aquisição de bens móveis no mesmo valor.
- ✓ Não ocorreu registros de incorporação de passivos.
- ✓ Não ocorreu registros de desincorporação de passivos.

B.5. Variações patrimoniais aumentativas

Variações patrimoniais aumentativas do exercício de 2021 totalizaram R\$ 1.188.112,12. Houve um aumento de R\$ **191.483,86** em relação ao exercício de 2020 que foi de R\$ 996.628,26.

✚ VPA 2021	R\$ 1.118.112,12
✚ VPA 2020	R\$ 996.628,26
Acréscimo relativo ao Exercício Anterior(+)	R\$191.483,86

B.6. Variações patrimoniais diminutivas

Variações patrimoniais diminutivas do exercício de 2021 totalizaram R\$ 949.508,82. Houve diminuição de R\$ 38.236,11 em relação ao exercício de 2020 que foi de R\$ 987.744,93.

✚ VPD 2021	R\$ 949.508,82
✚ VPD 2020	R\$ 987.744,93
Decréscimo relativo ao Exercício Anterior(-)	R\$ 38.236,11

B.7. Resultado econômico (patrimonial) do exercício

O resultado patrimonial do exercício de 2021 totalizaram R\$ 238.603,30. Houve uma aumento de R\$ 229.719,97 em relação ao exercício de 2020 que foi de R\$ 8.883,33.

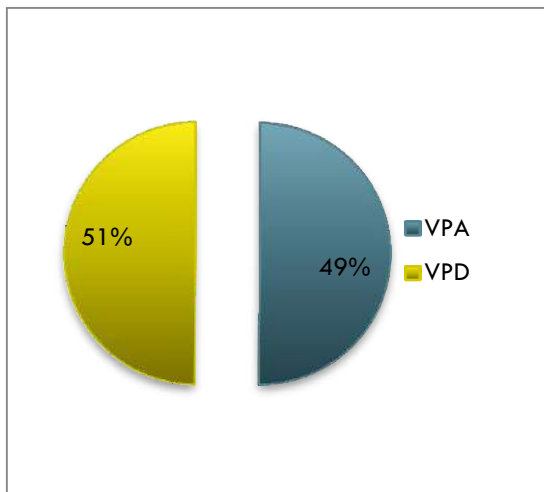
✚ R.PATRIMONIAL 2021	R\$ 238.603,30
✚ R.PATRIMONIAL 2020	R\$ 8.883,33
Acréscimo relativo ao Exercício Anterior(+)	R\$ 229.719,97



O quociente do Resultado das Variações Patrimoniais, que é resultante da relação entre o total das Variações Patrimoniais Aumentativas e o total das Variações Patrimoniais Diminutivas. O Resultado indica outra maneira de se evidenciar o resultado patrimonial.

$$\frac{\text{VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS}}{\text{VARIAÇÃO PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS}} = \frac{1.188.112,12}{949.508,82} = 1,25$$

B.9. GRÁFICO VPA X VPD:



O Gráfico apresenta um comportamento quanto as Variações Patrimoniais Aumentativas e as Variações Patrimoniais Diminutivas **Exercício 2021**.

Demonstrações das variações patrimoniais

As Demonstrações das variações patrimoniais, é mais um demonstrativo obrigatório pela Lei nº 4.320/64, art. 104: “a Demonstrações das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e identificará o resultado patrimonial do exercício”.

As alterações verificadas no patrimônio consistem nas variações quantitativas e qualitativas, a primeira é decorrente de transações no setor público que aumentam ou 15 diminuem o patrimônio líquido, já a segunda é decorrente de transações no setor públicos que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

Com a normatização constante da Parte V – Demonstrações Contábeis do MCASP e segundo a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público – NBT T 16.6, a DVP estrutura-se em sua elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, receitas e despesas. (MCASP, 2012) Para Castro (2011), a principal mudança na DVP foi à possibilidade da contabilidade de demonstrar as receitas e despesas pelo regime de competência.

Onde as despesas tenham lastro no fato gerador físico, em substituição ao lastro apenas financeiro, eliminando as falsas classificações como despesas pela existência dos empenhos.

REFERENCIAIS:

TCE-PE/2020 RESOLUÇÃO TC Nº 115/2021. Conteúdo da Prestação de Contas das Câmaras Municipais MV ASSESSORIA CONTÁBIL 2021. BALANÇO DVP – CÂMARA MUNICIPAL DE TEREZINHA – PE.

ISLOMSKY, Valmor. Manual de contabilidade pública : um enfoque na contabilidade municipal, de acordo com a responsabilidade fiscal.2. Ed. São Paulo: Atlas 2003.

